



## ARTIGOS

## Educação em Direitos Humanos e Violência homofóbica no Ambiente Escolar

a percepção de diretores e diretoras

Nonato Assis de MIRANDA, *Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)*

Thiago Luiz SARTORI, *Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)*

**Resumo.** Este artigo está inserido em um estudo realizado em um Programa de Pós-Graduação em Educação analisou eventuais situações de violência homofóbica no ambiente escolar, na perspectiva dos Direitos Humanos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa cujos dados foram obtidos por meio de entrevistas realizadas com gestores e gestoras de seis escolas públicas do Estado de São Paulo. Em geral, os gestores e as gestoras desenvolvem práticas profissionais com foco no respeito à diversidade e na cultura de paz e, portanto, na perspectiva da Educação em Direitos Humanos. Tratam questões inerentes à homossexualidade com naturalidade, mas reconhecem que, na escola, há situações de intolerância acerca das relações homoafetivas por parte de alguns alunos e professores, mas não de igualdade de gênero, demandando atenção especial da gestão. Contudo, esses profissionais não permitem relações de afeto no ambiente escolar independentemente de o casal ser homo ou heterossexual, alguns deles não sabem dizer se uma pessoa trans deveria usar o banheiro masculino ou feminino, sugerem um banheiro alternativo para essas pessoas. Por fim, foi constatado que alguns (as) gestores (as) se mostraram despreparados para lidar com a presença de casais homoafetivos e, assim, suas práticas profissionais tendem a fomentar a violência homofóbica na escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão da Educação. Direitos Humanos. Educação e gênero. Violência homofóbica no ambiente escolar.



## **Introdução**

Este artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa desenvolvida em um Programa de Pós-Graduação em Educação que problematizou como gestores e gestoras escolares avaliam a Educação em Direitos Humanos e a violência homofóbica no ambiente escolar. Esta pesquisa, ancorada nos objetivos e nos princípios do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), parte do pressuposto de que a educação é um dos requisitos fundamentais para que os sujeitos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade, assim como um direito de todo ser humano e condição necessária para usufruir de outros direitos constituídos numa sociedade democrática. Consideramos que, no espaço escolar, todos e todas, independentemente da condição de gênero, de raça/etnia, de orientação sexual, de credo religioso, têm o direito de manifestar livremente suas opiniões e conquistar respeito frente às crenças e aos modos de vida.

Expressar opiniões divergentes pode gerar conflitos, mas os conflitos podem fomentar o diálogo. Muitas vezes, os conflitos, quando silenciados e reprimidos, transformam-se em atos de violência, notadamente, no ambiente escolar onde crianças e jovens de diferentes grupos, etnias, concepções religiosas, políticas e orientação sexual, vivem juntos.

A escola, uma instituição responsável pela promoção da inclusão social e de formação da cidadania, nem sempre dá conta dessa demanda. Ao contrário, não raro, tem-se tornado um espaço de exclusão social para aqueles que não se enquadram no padrão heteronormativo. Esse tipo de atitude é conhecido como homofobia a qual se manifesta sob a forma de preconceito e discriminação contra homossexuais constituindo-se, portanto, num tipo de violência que tem-se manifestado nas escolas.

Considerando-se que os gestores e as gestoras escolares têm papel preponderante para a promoção da educação na perspectiva dos Direitos Humanos, assim como para implementar ações que possam mitigar a violência homofóbica nos espaços educativos, foram entrevistados gestores/gestoras de seis escolas da Rede Estadual Paulista localizadas na Grande São Paulo para compreender como eles/elas lidam essas situações. As materialidades empíricas (registro das entrevistas narrativas gravadas e transcritas) foram examinadas por meio da Análise do Conteúdo (BARDIN, 2016).



Além da introdução e das considerações finais, o texto está organizado em três partes. Inicialmente, são abordados alguns aspectos da gestão escolar na perspectiva da educação em direitos humanos, em seguida, discute-se a gestão escolar e a homofobia. Por fim, no método, são delineados os caminhos e os achados da pesquisa.

## **Gestão Escolar na Perspectiva da Educação em Direitos Humanos**

A humanidade vive em permanente processo de reflexão e aprendizado que ocorre em todas as áreas da convivência humana. A educação em Direitos Humanos (DH), por ter um caráter em nível coletivo, participativo e democrático, deve ocorrer em espaços marcados pelo entendimento recíproco, pelo respeito e com responsabilidade. Nessa lógica, os DH são condições indispensáveis para a implementação da justiça e da segurança pública em uma sociedade democrática.

Considerando-se os princípios do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) aprovado em 2006, compreendemos que as escolas precisam incluir nos seus objetivos a convivência pacífica entre todos os seus personagens, pautada em relações de valorização do outro, de respeito e de equidade. Essa premissa está vinculada a um documento que foi elaborado em 1948, cujas prerrogativas ainda se mantêm válidas, atuais e desafiadoras. Trata-se da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que foi aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em dezembro de 1948, documento este, que é marco na história dos DH buscou garantir o direito à educação da seguinte forma:

1. Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito. 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. 3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos (ONU, 1948, *online*).

Conforme manifestado nessa declaração, a educação vai além do ambiente acadêmico, atuando como habilitadora do entendimento e



exercício dos DH em seus diferentes âmbitos. Essa preocupação esteve presente no currículo oficial nos anos 1990, mais precisamente nos Temas Transversais que foram:

[...] propostos na perspectiva da educação para cidadania, como estratégia de introdução na escola das demandas atuais da sociedade, incorporando-se na sua dinâmica questões que fazem parte do cotidiano dos/as alunos/as, com as quais se confrontam diariamente. Nessa perspectiva, os Parâmetros Curriculares Nacionais privilegiam os princípios de ‘dignidade da pessoa humana’, que implicam no respeito aos Direitos Humanos, ‘igualdade de direitos’, que supõe o princípio da equidade, ‘participação’ como princípio democrático e ‘corresponsabilidade pela vida social’, implicando parceria entre os poderes públicos e os diferentes grupos sociais na construção da vida coletiva. (CANDAUI, 2003, p.84).

Nessa perspectiva, a gestão precisa assumir o compromisso com a construção da cidadania promovendo momentos de reflexão no ambiente educacional, de maneira a valorizar a diversidade, as diferenças entre todos, proporcionando aos alunos, ao corpo docente e à comunidade escolar, a oportunidade para discutir essas questões com vistas a promover a igualdade.

A Constituição Federal de 1988 consolidou esse tópico através da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996 e que trouxe em seu texto as determinações que se referem à gestão democrática na escola. Porém, é sabido que a simples existência da lei não garante o seu cumprimento. É necessário que direitos e deveres se materializem em ações e fatos.

A gestão escolar na perspectiva da educação em DH implica na compreensão da escola como *locus* de socialização das diferentes aprendizagens, construídas nas relações entre as pessoas e delas com a natureza (SILVA, 2012). Assim, a escola pode contribuir para que essas práticas se tornem mais humanas, solidárias, não preconceituosas e discriminatórias. As aprendizagens são acumuladas no percurso de vida, portanto não são natas, são aprendidas. Desse modo, entendemos que os comportamentos são vivenciados em vários espaços sociais, dos quais a escola se destaca como um campo privilegiado, por trabalhar conhecimentos, valores, crenças e atitudes.

A gestão, como ato educacional, corresponde ao processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, alinhado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a sua implementação por meio de projetos pedagógicos comprometidos com os princípios da democracia e com métodos que



organizem e criem determinadas condições (LÜCK, 2009). São elas: a) um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências); b) participação e compartilhamento (tomada de decisões conjuntas e efetivação de resultados); c) autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações); d) transparência (demonstração pública de seus processos e resultados). Nesse contexto:

[...] gestão escolar pode ser compreendida como um processo político, de disputa de poder, explicitamente ou não, através do qual as pessoas que agem na/sobre a escola pautam-se predominantemente pelos seus próprios olhares e interesses acerca de todos os passos desse processo, com vistas a garantir que as suas formas de compreender a instituição e os objetivos prevaleçam sobre os dos demais sujeitos, ao ponto de, na medida do possível, levar os demais sujeitos a agirem como elas pretendem. Esta é uma tentativa de compreender a gestão escolar não como ela pode ou deve ser, mas como ela demonstra ser considerado sobre o que ela recai e com quais objetivos opera (SOUZA, 2006, p.127).

Pensando em uma gestão escolar na perspectiva da educação em DH, premissas democráticas devem permear o trabalho escolar, a aprendizagem dos alunos, o desempenho das atividades educacionais, assim como a construção da cidadania plural, na capacidade de conviver com o novo e com todos os desafios a serem cotidianamente vencidos no ambiente escolar.

Desse modo, a gestão democrática da escola se apoia em três pilares fundamentais: o político, o pedagógico e o epistemológico (LIBÂNEO, 2003). Esses pilares estão interrelacionados e devem ser analisados conjuntamente, com o intuito de auxiliar a inclusão e a cidadania dos alunos e das alunas. Contudo, a gestão escolar precisa ser orientada para a educação em DH, assegurando o seu caráter transversal e a relação dialógica entre os diversos atores sociais.

## **Gestão Escolar e homofobia**

A escola é um espaço de socialização que tem a missão de conceber aprendizagens, assim como, fomentar opiniões, constituindo num espaço ideal para as discussões de temas contra qualquer tipo de preconceito, de desigualdade social em prol da inclusão daqueles tidos como “diferentes”.



Cumprе esclarecer que o preconceito e a discriminação contra a diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar se apresentam de diversas faces, modos e formas.

Existem diversas nuances de preconceito, podendo ser expressões mais evidentes, através da rejeição e discriminação direta, ou mais sutis, através de violência psicológica, que pode ser denominada homofobia indireta. De ambas as formas, a homofobia se apresenta dentro do ambiente escolar. Frente a este cenário concordamos com [...] a imprescindibilidade de uma intervenção contínua e sistemática que vise não somente promover o respeito às diferenças, mas também a inclusão efetiva da diversidade sexual no contexto escolar e a desconstrução das práticas homofóbicas (BORRILO, 2009, p. 27).

O desafio que se apresenta para as escolas é a criação de espaços para o debate em relação a homofobia cabendo ao gestor ou gestora conciliar o currículo escolar oficial com momentos de reflexão sobre essa temática. Para tanto, ele ou ela poderá promover condições para que a comunidade escolar esteja dentro de um ambiente acolhedor e participativo, no qual as particularidades de cada um sejam respeitadas.

Isso se faz necessário porque a violência homofóbica nas escolas tem um impacto negativo no acesso ao ensino médio e superior por parte das pessoas LGBTQIA+. É sabido que existem inúmeras situações em que as escolas negam a existência dessa população. Algumas pessoas trans abandonaram a escola, outras sobreviveram ao preconceito e conseguiram frequentar uma universidade ou trabalhar em áreas públicas, mas são casos raros.

Enfrentar a homofobia e seus efeitos culturais e sociais tem sido destacado por vários autores como uma importante estratégia política, pois essa prática contribui para mitigar a discriminação e a exclusão experimentada por pessoas LGBTQIA+ e reduz os efeitos negativos da homofobia sobre os níveis de pobreza e sobre o acesso das pessoas às necessidades básicas (ARMAS, 2007; SIDA; JOLLY, 2010).

O enfrentamento da homofobia na escola se efetivará somente com existência de gestão pautada em princípios democráticos. Esse modelo de gestão permite o envolvimento de todos os sujeitos no processo decisório da escola, assim como torná-los corresponsáveis pelo combate à homofobia.

Isso ocorrerá quando o respeito à diversidade se tornar uma das diretrizes da escola. Portanto, é necessário que se construa um clima



escolar livre de discriminação e favorável à justiça social considerado que:

Diante do anseio de construirmos uma sociedade e uma escola mais justas, solidárias, livres de preconceito e discriminação, é necessário identificar e enfrentar as dificuldades que temos tido para promover os direitos humanos e, especialmente, problematizar, desestabilizar e subverter a homofobia. São dificuldades que se tramam e se alimentam, radicadas em nossas realidades sociais, culturais, institucionais, históricas e em cada nível da experiência cotidiana. Elas, inclusive, se referem a incompreensões acerca da homofobia e de seus efeitos e produzem ulteriores obstáculos para a sua compreensão como problema merecedor da atenção das políticas públicas (JUNQUEIRA, 2009, p. 13).

Apesar de alguns governos fecharem os olhos para esse assunto, o gestor ou gestora escolar jamais poderá ir na mesma direção. Esses profissionais precisam estar atentos a toda e qualquer forma de discriminação, assim como combater a homofobia, pois cabe à escola incluir, respeitar a diversidade, não ignorar as dificuldades enfrentadas por alunos e alunas homossexuais ou qualquer outro grupo minoritário.

## Método

Foram entrevistados sete gestores/gestoras de seis escolas estaduais de nível médio de São Paulo. A participação deles/delas na pesquisa deu-se mediante autorização prévia. Os dados foram obtidos por meio de entrevista semiestruturada realizada com gestores/gestoras das escolas previamente selecionadas, nos meses de setembro a dezembro de 2019. As respostas foram organizadas e classificadas na perspectiva da análise de conteúdo (BARDIN, 2016).

Na *pré-análise*, empreendeu-se uma leitura do material eleito para realizar a análise das entrevistas que foram transcritas constituindo o *corpus* da pesquisa. Nessa fase, foram adotadas as regras de representatividade (gestores e gestoras escolares), homogeneidade (os depoimentos referem-se às concepções dos gestores e das gestoras sobre a violência homofóbica na escola) e exclusividade (cada elemento foi enquadrado em uma única categoria).

Em seguida, com vistas a fazer a *exploração do material* (depoimentos dos gestores e das gestoras), empreendeu-se categorização *a priori* que consistiu na predeterminação de indicadores “em função da busca a uma resposta específica do investigador” (FRANCO, 2012, p. 64).



Assim, cada questão do roteiro de pesquisa serviu de base para a criação das categorias de análise, bem como para responder aos objetivos da pesquisa.

Por fim, os depoimentos dos gestores foram analisados e *interpretados* à luz da literatura, que fundamentou a pesquisa. Nessa fase, buscou-se capturar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado (depoimentos).

Os gestores e gestoras participantes na pesquisa, com exceção de um Professor Coordenador (PC) que tinha, no momento da entrevista, apenas um ano de experiência, contavam de 3 a 23 anos de experiência na gestão. Com relação a atuação no magistério, todos/todas contam larga experiência (mínimo de 12 e máximo 43 anos). Todas as participantes (gestoras), assim como o PC têm licenciatura em Pedagogia e pós-graduação (especialização) em diferentes áreas.

## **Educação e gênero: implicações no cotidiano escolar**

A educação para a igualdade de gênero na escola pode se constituir numa estratégia significativa para o desenvolvimento de uma cultura da educação em DH. Em primeiro lugar, poderá colaborar com a prevenção da violência contra as mulheres em razão do potencial que a escola tem no processo de desenvolvimento de crianças e jovens. Ademais, se essa cultura for desenvolvida desde cedo, é bastante provável que, na vida adulta, a redução de índices de violência contra a mulher possa ser reduzida. Em segundo lugar a escola poderá contribuir para desconstruir a cultura da desigualdade de gênero presente, desde cedo, nas famílias.

Um estudo da PlanInternacional mostrou que desde cedo a maior parte das meninas (81,4%) arrumam a própria cama contra apenas 11,6% dos seus irmãos. Esse mesmo estudo revelou que 37,3% das meninas alegaram que se elas fizessem algo que não fosse dito de meninas, suas famílias ficariam aborrecidas (MATUOKA, 2018).

Nota-se, que há uma cultura arraigada na sociedade que determina o que é de meninas ou de meninos. Por esse motivo, desde cedo, a menina pode acabar introjetando a ideia de que cabe a ela todos os afazeres domésticos, ao passo que os meninos, no máximo, poderiam





ajudar os pais. Como, na sociedade contemporânea, os pais comumente saem para trabalhar, os meninos ficariam livres para brincar ou fazer outras coisas enquanto que as meninas poderiam fazer isso somente depois que terminarem os afazeres domésticos.

Observa-se que o gênero está atrelado às construções sociais impostas pelo corpo sexuado. Assim:

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p.75).

Apesar dessa construção bastante presente no seio familiar, no cotidiano escolar, há outros desafios que dialogam com a igualdade de gênero que diz respeito à aceitação ou não de homossexuais pelos colegas e suas famílias. Por sua vez, os gestores e gestoras entrevistados têm consciência do papel da escola enquanto instituição social responsável pelo desenvolvimento de uma cultura de igualdade de direitos, conforme segue:

Aqui na escola, não tenho problemas para enfrentar a temática, por tratar-se de escola de ensino médio. A escola não tem muito problema primeiro por ser de ensino médio né, e a gente tem algumas disciplinas da base diversificada que abre discussões e debates, tem algumas disciplinas eletivas que trata da questão do gênero aqui na escola. Temos muitos alunos gays lésbicas transexuais não tem problema nenhuma relação entre a escola, é bem aceita a temática. Claro que a gente tem que tomar muito cuidado porque, nossa escola é bem heterogênea, temos evangélicos, trabalhamos com a questão do respeito acima de tudo, respeito pelas diferenças, mas tem que tomar muito cuidado, isso não é imposto a disciplina eletiva ela é opcional, o aluno escolhe, ou seja, justamente para não demonstrar de alguma forma estamos impondo, a gente pede o respeito né respeito e percebe-se que tem alguns pais com pensamentos voltados para a religião, que acho que tá errado né, mas a gente respeita, e os alunos aqui aprende que é cada um na sua. E tem também, na parte de biologia, faz parte do currículo, na disciplina de sociologia, lógico que não é explícito, mas é trabalhado, principalmente quando tratamos de DST e orientações específicas (GESTORA 1).

Essa gestora considera que em razão da faixa etária de seus alunos e alunas, não existem grandes problemas com a desigualdade de gênero, assim como em relação a orientação sexual apesar da heterogeneidade presente em sua escola. Depreende-se que a cultura dessa escola é pela igualdade de gênero, pela não violência e respeito à



diversidade. Isso faz parte do currículo, não de forma imposta, mas permeando as discussões presentes no cotidiano escolar. Isso é importante porque:

A sexualidade presente na escola transita pelos corredores nas conversas dos alunos, falas, nas portas dos banheiros, nos grafites e pichações produzidos pelos jovens, nas piadas e brincadeiras, na linguagem gestual, ou nas atitudes dos professores e alunos em sala de aula [...], entretanto, há de se perceber que as mesmas mentes que comunicam a sexualidade nos espaços escolar são moldadas e preparadas para aprender a ser homem ou mulher, sufocando qualquer outra sexualidade que começa por despertar ocasionando exclusão, e melindres por parte daqueles que estão à sua volta (CASTRO *et al.*, 2018, p. 23).

O reconhecimento dessa realidade por parte dos gestores e das gestoras é fundamental para que a escola possa cumprir seu papel social que é o de formar alunos e alunas críticos, reflexivos para o exercício da cidadania, assim como qualificá-los (as) para o trabalho. Esses pressupostos estão presentes em vários documentos que orientam a educação nacional com destaque para a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996 (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996).

Para tanto, o gestor ou a gestora precisa compreender que a escola não pode ser vista numa única perspectiva, é necessário considerar que se trata de um espaço onde a diversidade é uma realidade, pois as concepções de mundo e sociedade, assim como de religião e orientação sexual são distintas. Portanto, a escola precisa ser democrática, acolhedora, pois muitos alunos e alunas sofrem preconceitos na família, na sociedade e até mesmo de alguns colegas, conforme sinalizado por esse gestor:

O desafio muito grande, tenho um corpo docente e gestão muito aberta, mas tenho grupo de alunos e famílias que não aceitam. Tem alguns alunos que ‘dizem eu sou homofóbico sim, eu não aceito’. Trabalhamos com projetos para abordagem das diferenças, mas infelizmente ainda temos alunos intolerantes (GESTOR 2).

Nota-se que este gestor tem ciência do problema, do preconceito, da discriminação. Com intuito de mitigar o problema, ele propõe o desenvolvimento de projetos com foco na diversidade pelo entendimento de que isso seja necessário não somente para tornar a escola mais democrática, mas por haver “*alunos intolerantes*” (G2).

Ao fazer isso, o gestor considera que, para além da garantia do acesso à educação, há outros aspectos que devem ser levados em



consideração. Esse ponto de vista reconhece a importância do caráter democrático da escola:

[...] tanto no que se refere à democratização do acesso e às condições de permanência, quanto às relações que ali se estabelecem. A escola é uma forma fundamental de promoção da igualdade de direitos. Para que cumpra esta função, o respeito à diversidade sexual é ali imprescindível, caso contrário, ela instaura práticas discriminatórias e heteronormativas que excluem ou invisibilizam diferenças (ALTMANN, 2013, p. 77).

Mais do que garantir um espaço democrático, o gestor ou a gestora necessita compreender que a escola precisa estar atenta a esse assunto porque a intolerância, a discriminação e o preconceito podem estar presentes no cotidiano escolar mesmo com o empreendimento de práticas democráticas. Para ilustrar esse ponto de vista, recorreremos ao depoimento de um participante que fez a seguinte observação: *“Aqui temos alunos que têm essa tendência; [mas] abordamos geralmente em eventos gerais, falamos de homofobia, racismo, violência doméstica etc. Nada específico”* (GESTOR 2).

Apesar de esse gestor, de certa forma, simplificar o problema, em termos mais abrangentes, as práticas identificadas nas escolas pesquisadas não corroboram a discriminação e a heteronormatividade, pois são pautadas no respeito à diferença e a igualdade de gênero. Mas isso não é uma realidade que pode ser generalizada, pois estudos apontam que na maior parte das escolas há fortes indícios de homofobia tendo em vista que:

Os dados referentes à homofobia nas escolas são alarmantes. De acordo com os estudantes, a discriminação pela opção sexual é maior que as outras, e os homossexuais são os mais discriminados. Ainda, eventos de diferentes naturezas são considerados discriminação: insultos, agressões físicas ou exclusões do convívio escolar fazem parte desse amplo contexto (ABRAMOVAY, 2009, p.193).

Esses dados vão ao encontro do que foi constado no depoimento de outra participante da pesquisa:

Temos alguns alunos intolerante, e muitas vezes as famílias não entende também. Não temos um projeto específico para abordagem da homofobia, mas sempre tratamos do assunto de forma geral, abordando outros temas importante, racismo, violência doméstica e suicídio (setembro amarelo) (GESTORA 7).

Percebe-se que os gestores e as gestoras orientarem suas práticas com o intuito de evitar esse tipo de violência e discriminação implantando, por exemplo, projetos com foco na educação em DH.



A gente na verdade, trabalha com vários projetos. Temos a disciplina valores humanos, e trabalhamos, machismo, racismo, homofobia etc. No geral, a escola aceita, muito tranquilo por parte dos alunos e da comunidade. O próprio currículo deveria, aborda mais essa temática. Os desafios em relação ao adulto, ao próprio professor, eles têm determinados valores e às vezes contradizem o que o currículo entrega, acredito que às vezes encontram mais impedimento com os professores. Como sempre falo, estamos no século XXI que as coisas mudaram e precisamos ter a mentalidade mais aberta (GESTORA 3).

Depreende-se, portanto, que a escola tem buscado lidar com o assunto com responsabilidade, mas o currículo oficial mostra-se omissivo. Essa gestora reclama de não estar previsto no currículo da escola pública paulista uma proposta mais objetiva, direcionada ao assunto. Contudo, foi constatado que há projetos propostos pela Secretaria da Educação de São Paulo (SEDUC) que permitem tratar da temática como o “setembro amarelo”, por exemplo. Ademais, ela alerta para o fato de alguns professores (as) serem resistentes em abordar essa temática no currículo escolar.

Esse problema não se repete em todas as escolas, pois constatamos que são promovidos eventos com foco no respeito à diversidade, conforme expressado nesse depoimento:

[...] esse ano tivemos um evento ‘onde’ as meninas estavam vestidas de homem e os meninos vestidos de mulher, foi muito legal a participação de todos, não tivemos qualquer tipo de problema em relação a temática (VICE-DIRETOR-ESCOLA 4).

Conquanto esse comentário merece um destaque. O fato de haver um evento no qual meninas vestem de homem e meninos vestem de mulher até pode ser uma forma demonstração de respeito às diferenças, mas pode, também se constituir em um momento de desrespeito. É preciso ir além da ausência de problemas, seria necessário observar o evento de forma mais crítica com o intuito de compreender e analisar as ações e interpretações de meninos e meninas para saber se tal evento, para além da diversão, não se constituiu em práticas discriminatórias latentes numa cultura machista como nossa.

Não obstante, isso não foi percebido pelos gestores dessa escola pelo entendimento de que os alunos e as alunas lidam com o assunto, conforme descrito nesse comentário:

[...] escola bastante tranquila nesse sentido né os nossos alunos ele já vem com uma cabeça diferente do passado então eles aceitam muito melhor esse tema acho que pudesse que surgem assim eventualmente um outro professor se sente desconfortável com o tema, normalmente a pessoa tem uma visão



Nonato Assis de MIRANDA  
Thiago Luiz SARTORI

mais conservadora. As vezes a própria família. Vejo que essa geração muito aberta, não aceita qualquer tipo de homofobia (PROFESSOR COORDENADOR/GESTOR 4).

Tanto o vice-diretor quanto o coordenador (Gestor 4) declaram que não existem problemas em relação à homofobia e desigualdade de gênero na escola. Contudo, assim como ocorreu na escola 3, eles sinalizam que alguns professores (as) não estão preparados para lidar com a temática com tranquilidade.

Como alternativa, apesar de não haver, no currículo oficial, uma determinação para abordar a questão da igualdade de gênero, existe a preocupação deles (as) no desenvolvimento profissional docente para lidar com o tema. Talvez, por esse motivo, uma participante tenha destacado: “[...] não temos problema para tratar a temática, já fizemos cursos e não vejo problema; aqui na escola temos caso, e nunca tivemos problema para tratar a temática” (GESTOR 5).

É importante que se compreenda que a escola não pode permitir qualquer tipo de discriminação, pois é local para o desenvolvimento da cultura contra a intolerância, conforme apontado nesse depoimento:

A escola é um lugar de formação contra a intolerância. Aqui a nossa escola é muito tranquila em relação a isso né, até para contratar novos professores, quando os trago para cá, eu falo se você tiver alguma questão em relação aos gays, então não venha para cá, Porque a nossa escola é muito, muito, muito inclusiva a gente anda pela escola e vê por aí meninas e meninos se beijando, e a gente não tem problema com relação a isso, e as pessoas que se sentem mal com isso e não consegue conviver com essa situação, aviso logo quando chegam, tanto para pais, alunos e professores, aqui dentro a gente não aceita de jeito nenhum é um perfil de um profissional que seja contra uma união homoafetiva. Mesmo porque meu corpo docente é composto pelo menos de a 40% de gays, e alunos também, é uma escola bem aceita (GESTORA 1).

Depreende-se que essa escola foge do contexto, pois tem um cenário bastante específico onde a diversidade faz parte de seu cotidiano. Por esse motivo, a gestão tem foco no direito à diversidade reinventando sua concepção de escola inclusiva. O depoimento dessa gestora permite fazer esse tipo de inferência, pois ela destaca sua preocupação com outras realidades:

Eu fico pensando na escola integral, nós temos uma disciplina diversificada que dá amplamente para tratar desses projetos; [mas], eu fico pensando as escolas que não têm essas disciplinas né, é um assunto delicado. Por mais que você cita a legislação permitindo que dá direitos, [...] na pratica isso não acontece, a gente viu alguns livros abordando a sexualidade na escola, [mas] os pais pediram para retirar [como foi o caso do] caderno do sétimo ano que



tratava desse assunto, depois voltaram atrás, aqui em São Paulo, devolveram os cadernos (GESTORA 1 – acréscimos dos autores).

Essa gestora mostra-se preocupada com a dificuldade de lidar com o assunto, pois há pais que não concordam com isso. Apesar de ela afirmar que foram os pais que questionaram um conteúdo sobre sexualidade, de fato foi o Governador João Dória, por meio de uma rede social, que tomou a decisão de recolher os cadernos dos alunos/alunas, conforme segue:

Doria afirmou que foi alertado sobre um "erro inaceitável" no material didático entregue aos alunos do 8º ano da rede estadual e que os livros seriam recolhidos. "Solicitei ao secretário de Educação o imediato recolhimento do material e apuração dos responsáveis. Não concordamos e nem aceitamos apologia à ideologia de gênero", escreveu, em sua conta do Twitter (IG ÚLTIMO SEGUNDO, 2019, p.1).

Essa decisão, além de equivocada e precipitada, gerou prejuízos aos alunos e alunas, pois todos os cadernos foram recolhidos para atender a determinação do Governador, mas os cadernos não tinham somente essa atividade, contavam com os conteúdos de um ano letivo. Felizmente, por determinação judicial, os cadernos foram devolvidos, conforme destacado pela gestora da escola 1 para que os alunos e alunas não fossem prejudicados (as). A título de esclarecimentos adicionais:

Trata-se da publicação "São Paulo faz escola - Caderno do aluno", que tem um capítulo sobre identidade de gênero, ensina as diferenças entre orientações sexuais e fala de diversidade. O material também aborda o preconceito e pede que os alunos façam pesquisas sobre o movimento feminista, LGBT e índices de LGBTfobia e feminicídio (IG ÚLTIMO SEGUNDO, 2019, p.1).

Essa atitude incomodou bastante os gestores/gestoras que discordaram da ação intempestiva do Governador. O assunto teve uma grande repercussão na mídia gerando preocupação entre os pais e muitos problemas para a gestão da escola:

Essa nova política tá bem complicado trabalhar isso nas escolas né tanto é que teve um problema nesse semestre, esse último semestre por conta da retirada da apostila né e o governo fez a gente retirar apostila porque falava sobre o que era transgênero cisgênero, e de repente os diretores foram tomados de surpresa, ligaram nas escolas para retirar apostila, nós retiramos sem entender, e acabou apostila voltando novamente para lá, e assim com tá muito polemizado né então é até os pais ligam na escola, perguntando: Você tá sabendo se o professor está trabalhando falando sobre transgênero? então expliquei para os pais, que não era bem assim, estávamos explicando os termos. Eu mesmo não sabia, fiz a minha primeira graduação em biologia e



não tinha esse termo, é uma terminologia nova né, então foi implantado isso para falar para explicar o que é para deixar ciente do que é (GESTOR 2).

Nota-se que mesmo não sabendo ao certo do que tratava o assunto, o gestor teve que explicar para os pais, assim como recolher todos os cadernos para que a Diretoria de Ensino pudesse retirá-los em tempo recorde. Foram muitas pessoas trabalhando ao mesmo tempo sem desconsiderar o fato de que milhares de alunos e alunas foram prejudicados em razão de uma mensagem postada nas redes sociais do Governador que, mesmo não tendo conhecimento sobre o assunto, opinou.

Por esse e outros motivos, os gestores/gestoras ficam preocupados com o que pode ou não ser discutido em sala de aula, conforme pode ser constatado nesse depoimento:

Então a gente tem muito cuidado com isso, até no fundamental quando se trata de um livro didático que aparece sobre órgão sexual feminino e masculino, quando trabalhei em outras escolas tiveram pais que foram questionar, que estava colando na cabeça do filho coisas que não estavam no conteúdo, sempre trabalhando com muito cuidado porque a família não gosta, acha que estamos despertando a sexualidade, mesmo que seja questão biológica, orientação sobre uso de preservativos, e métodos contraceptivos, mas é um assunto muito delicado, e a gente não tem um apoio total do governo, tanto que foram retirados esse livros, e após uma ação judicial os livros foram devolvidos, e depois ficou constatado que o livro não tinha nenhum caráter sexual, apenas e tão somente orientar (GESTORA 1).

Nota-se que está explícita a preocupação da gestora para com ausência de isenção do Governo com o assunto. Fica latente que esse tipo de atitude empobrece a formação dos alunos, pois uma atitude supostamente moralista acaba prejudicando até mesmo a orientação para prevenção de gravidez na adolescência e a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis. O que fazer?

Penso que o caminho, seja a conscientização, chamar a família e explicar o que está sendo feito, conscientização entre os jovens, respeito né, pois os índices têm mostrado o aumento de agressões, e cada vez mais a estatísticas tem demonstrando o aumento de agressões em relação às relações homoafetivas (GESTORA 1).

A conscientização parece ser uma alternativa coerente encontrada por esse gestor para tentar tornar a escola mais inclusiva. Em geral, essa conscientização está presente nas práticas docentes e de gestão, assim como muitas escolas desenvolvem projetos com foco na diversidade:



Não tenho um projeto específico para tratar da homofobia, mas esse assunto é tratado dentro das disciplinas. Esse assunto é abordado dentro de assuntos em sala de aula, e não é exatamente um projeto para tratar exclusivamente da homofobia né, até porque como eu disse aqui na minha escola, a gente não enfrenta dificuldades para tratar de valores humanos então a gente respeito é tratado como um todo então não é projeto específico para isso (GESTOR 3).

Trata-se, portanto de focar o assunto numa perspectiva interdisciplinar, assim como no cotidiano da escola. A intenção, ao que parece, é tratar o assunto com certa naturalidade e não de modo focado pelo entendimento de que esse método se constitui numa prática de reconhecimento do assunto como prática cotidiana e não um problema.

## **Escola, família e homofobia: a quem compete o debate?**

A relação escola-família, historicamente, não tem sido simples apesar de haver um esforço por parte do poder público para incentivá-la com destaque para programas governamentais como é o caso do programa Escola da Família criado pelo governo paulista em 2003. Esse programa, dentre outras intenções, busca trazer as famílias, assim como os estudantes e as estudantes para dentro das escolas nos finais de semana. Existe também o “Dia Nacional da Família na Escola” (24 de abril), instituído pelo Ministério da Educação (MEC) no ano de 2001 que ainda é promovido por diversas redes de ensino desde então.

O incentivo à participação das famílias na escola existe porque a presença dos pais e mães na escola ainda é baixa. Para garantir essa participação, existe a obrigatoriedade de os colegiados escolares ser constituídos, também com membros da comunidade.

Entendemos que a participação é fraca porque a escassez de tempo ou a dificuldade de conciliar trabalho e vida escolar dos filhos têm sido um desafio para os pais. Portanto, a não ou pouca participação dos pais e das mães na vida escolar dos filhos e filhas costuma estar atrelada a fatores alheios à sua vontade deles (as).

A despeito dessa dificuldade, essa relação, de algum tempo para cá tornou-se compulsória. O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 define a educação como direito de todos, mas assevera o dever do Estado





e da família (BRASIL, 1988). Outro dispositivo legal que trata do assunto é a LDB de 1996 que em seu artigo 2º retoma o assunto, mas faz uma inversão na ordem os termos, pois coloca a família como a principal responsável pela educação dos filhos quando dispõe que a educação é “dever da família e do Estado” (BRASIL, 1996, p. 7).

Partindo-se do pressuposto de que essa relação deve transcender a questão cognitiva, especialmente quando se trata de ensino médio, buscamos conhecer as concepções dos gestores e das gestoras escolares a respeito do debate sobre a homofobia. A intenção foi identificar se, na percepção desses profissionais, o debate caberia à família, à escola ou às duas instituições. Os depoimentos sinalizaram que o debate é da responsabilidade das duas instituições, conforme pode ser constatado nessa fala:

Trabalho com ensino médio, isso é uma individualidade de cada um, jamais entraria em contato com os pais, para falar que seu filho ou filha namorando pessoa do mesmo sexo. Lógico que se esse relacionamento seja ele homoafetivo, heterossexual, esteja de alguma forma atrapalhando o processo de aprendizado aí sim, entraria em contato para conversar e explicar a situação, mas sempre com muito respeito. Recentemente uma aluna foi colocada para fora de casa por ser lésbica, entrei em contato para conversar com os pais. O pai é pastor evangélico, mas consegui reverter a situação, a família não aceita, porém, a menina voltou para casa. A questão é difícil, mas precisamos respeitar e orientar os pais (GESTORA 1).

Para essa gestora, é fundamental o respeito à individualidade do (a) aluno (a), mas se for algo que estiver interferindo negativamente em seu desempenho, ela fará contato com a família. Mas ela destaca que fará isso “com muito respeito”. Ela sinalizou, ainda que está atenta aos problemas dos (as) alunos (as) e, quando necessário, intervém junto ao núcleo familiar para ajudar seus alunos e suas alunas. Esse ponto de vista está fundamentado na seguinte fala: “*Recentemente uma aluna foi colocada para fora de casa por ser lésbica, entrei em contato para conversar com os pais*”. Ela destacou ainda que obteve êxito nessa intervenção, mas reiterou que quando se tem que fazer isso é necessário “[...] *respeitar e orientar os pais*” (GESTORA 1).

É sabido que as escolas pautam sua gestão orientada com base em dispositivos legais. Por exemplo, o artigo 12 da LDB, ao tratar das incumbências dos estabelecimentos de ensino, determina, no inciso VII deste artigo o qual teve redação atualizada pela Lei Federal nº 12.013/2009 que cabe à unidades escolares “[...] informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis



legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola”(BRASIL, 1996, p. 12; BRASIL, 2009). Contudo, essa gestora extrapola esse princípio, conforme pode ser constatado em seu depoimento. O regulamento não se restringe à garantia da matrícula e da frequência do (a) aluno (a), adentra na recepção de informações por parte das famílias “[...] o qual constitui, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (Artigo 53), um direito dos pais ou responsáveis” (RESENDE; SILVA, 2016, p. 40).

A homofobia para a Gestora 1, é inaceitável “é crime, não é brincadeira”, mas o assunto não é tratado de forma isolada, ele é inserido em um contexto em que a escola reconhece a diversidade como algo inerente ao currículo escolar. Para tanto, deixa claro que “*trata tanto as questões de orientação sexual como outras questões também complicadas*” como é o caso da “*xenofobia, do racismo, da discriminação religiosa*” ou “*qualquer tipo de preconceito em relação as minorias*” com tranquilidade, mas também com muita seriedade. Todos são chamados para o debate, na medida em que organiza “*rodas de conversas para tratarmos do assunto*” (GESTORA 1). Esse ponto de vista vai ao encontro do que defende a gestora da escola 6 para quem, o debate “*deve ser aberto*”, entre escola e famílias, assim como entre os alunos e alunas (GESTORA 6).

Outros gestores tratam do assunto, mas numa perspectiva interdisciplinar, por meio de projetos que estão alinhados com as políticas curriculares da Seduc. O depoimento apresentado, a seguir, denota o grau de atenção que essa gestora atribui ao assunto:

Então com essa nova política, estamos trabalhando bastante currículo, para evitar problemas com as famílias intolerantes. Então eu trabalho o currículo, mas no decorrer desenvolvemos projetos abordando todas as temáticas, claro que não é um projeto específico para abordagem da homofobia, mas dentro do projeto abordamos, violência contra mulher, racismo, homofobia, inclusão etc. mais nada direcionado (GESTOR 2).

A impressão que fica é que o tema é relevante, mas não merece atenção especial, pois o assunto é discutido na perspectiva dos projetos complementares da escola. Nota-se que ela enfatiza que dentre esses projetos “[...] *abordamos, violência contra mulher, racismo, homofobia, inclusão etc. mais nada direcionado*” (GESTOR 2). Subentende-se que o cuidado com o currículo é essencial para evitar problemas com as famílias, mas não quer ir além disso.



Nonato Assis de MIRANDA  
Thiago Luiz SARTORI

Quando o diálogo foi aberto para equipe gestora de forma mais abrangente, nota-se que há uma interpretação mais ampla sobre o núcleo familiar. Alguns gestores destacam que muitos alunos nem mesmo vivem em famílias, motivo pelo qual o diálogo precisa ser ampliado quando o assunto é homofobia:

[...] para muitos alunos a escola é a primeira casa, entendo que **[a homofobia]** deve ser debatida na escola e na família. Temos muitos alunos que são criados por seus avós, temos alunos quem vem de abrigos, então são questões culturais e bem delicadas (VICE-DIRETOR DE ESCOLA, acréscimo nosso).

Mas é importante salientar que a questão da homofobia não pode se restringir ao espaço escolar:

[...] é um tema social, deve ser debatido na sociedade, na escola e na família. Observo que a família muito desagregada, se não for debatido na escola, também não será debatido na casa dele. Tem que ser debatido na sala de aula sim! O ideal seria ser debatido nos dois ambientes, mas a prioridade acaba sendo a escola, pois, as famílias estão muito distantes da escola e de si mesma, enquanto núcleo de proteção da criança e do adolescente. Desagregação da família infelizmente (PROFESSOR COORDENADOR/ESCOLA 4).

Depreende-se, portanto, que apesar de haver a necessidade de haver um debate mais amplo, é fundamental que a escola crie espaços para esse tipo de discussão, de forma ampla incluindo, inclusive, as salas de aula. Isso se faz necessário porque “*as famílias estão muito distantes da escola*” que deve atuar (a escola) também “*enquanto núcleo de proteção da criança e do adolescente*” (PROFESSOR COORDENADOR).

Se há problemas com a organização familiar, talvez o assunto pudesse ser iniciado na escola que, em tese, tem melhores condições para conduzir esse debate. Contudo, não são todos os gestores e gestoras que pensam dessa forma, alguns consideram que cabe à família iniciar a discussão, conforme pode ser constatado nesse depoimento:

Começa na família e isso se estende. A família que deve conversar, é difícil conversar sobre esse assunto. Agora se tem uma atitude homofóbica vamos chamar para conversar. Temos projetos com os professores nas reuniões de HTPC. Temos mais problema xingamento contra as mães (risos), mas em relação a homofobia não temos problemas (GESTOR 5).

Observa-se que essa gestora, apesar de ter uma formação em nível superior e, possivelmente, conhece o perfil esperado do gestor escolar da Seduc destaca que “[...] é difícil conversar sobre esse assunto” (GESTOR 5) e, em razão disso, deixa a entender que é melhor que o



assunto seja discutido em casa. Além disso, ela deixa claro que se houver um problema de envolve questões homofóbicas no ambiente escolar vai “chamar [a família] para conversar”. Por fim, parece que em forma de alívio, externa que “[...] em relação a homofobia não temos problemas”, mas sim de “xingamento contra as mães”. Ela relativiza o problema mostrando que outros, supostamente menos graves como é o caso de xingar as mães, são os mais presentes no cotidiano escolar (GESTOR 5). Isso é preocupante, porque o gestor ou gestora escolar é responsável por tudo que acontece na escola, pois ele:

[...] é o líder, mentor, coordenador e orientador principal da vida da escola e todo o seu trabalho educacional, não devendo sua responsabilidade ser diluída entre todos os colaboradores da gestão escolar, embora possa ser com eles compartilhada (LÜCK, 2009, p. 23).

Não estamos fazendo uma defesa da centralização das decisões, apenas apontando uma perspectiva que a gestão da escola pode se orientar. Nesse entendimento, o gestor escolar não pode mostrar-se inseguro para lidar com questões mais complexas como, por exemplo, a a homofobia. Assim como não cabe a ele ou ela demonstrar desconhecimento ou indiferença pelo tema como foi o caso de um gestor que utilizou a expressão “sair do armário” quando afirmou que há casos de alunos que veem a escola como um ambiente para expressar melhor sua liberdade e sexualidade. É oportuno salientar que, ao utilizar a expressão citada, o gestor disse que “não sei se o termo é correto” (GESTOR 6).

## Considerações Finais

Esta pesquisa foi orientada com base na seguinte indagação: como os gestores escolares conduzem situações envolvendo violência homofóbica no ambiente escolar? Com o intuito de responder a essa indagação buscou analisar eventuais situações de violência homofóbica no ambiente escolar, na perspectiva dos DH e de gestores escolares da Seduc-SP.

Com base nos resultados, inferimos que os gestores e gestoras das escolas investigadas lidam com questões relativas às relações homoafetivas com naturalidade, profissionalismo, foco na cultura de paz e, portanto, na perspectiva da educação em DH. Quando indagados sobre as relações homoafetivas na escola, boa parte dos gestores e



gestoras mostraram que, de certo modo, lidam com o assunto com tranquilidade e respeito.

Não obstante, a abordagem do assunto por parte dos gestores e gestoras varia de uma escola para outra. Se por um lado, foi encontrado uma gestora que se assume como lésbica, que considera sua escola inclusiva, que desenvolve um trabalho pautado no respeito à dignidade pelo fato de haver um grande número de alunos, alunas e profissionais homossexuais, por outro, deparamos com uma gestora que deixou bastante claro que é evangélica e que, pessoalmente não aceita relações que não sejam heteronormativas, mas profissionalmente, não tem problemas para lidar com questões homoafetivas, na escola.

Com relação ao tratamento que os gestores e a gestoras dão às situações que envolvem supostos conflitos com as relações homoafetivas, alguns desses profissionais tratam o assunto numa perspectiva democrática e respeitosa. Em relação à igualdade de gênero, apesar de ser algo ainda preocupante no cenário nacional, nas escolas investigadas, esse assunto não representa um problema, ao contrário, observamos que meninos e meninas são tratados com igualdade e respeito.

Na perspectiva dos participantes, as questões homoafetivas devem ser debatidas tanto na família quanto na escola. Mas se for uma situação grave, a escola, desde que respeite a individualidade do aluno e da aluna, precisa convidar os pais, mães ou convivente para conversar sobre o problema. Observamos, também que há consenso entre os gestores e gestoras de que essa forma de lidar com situações conflituosas deve ser a mesma tanto para as questões homoafetivas como para qualquer outra que requeira a participação da família na escola.

Com base nos resultados desta pesquisa, nosso entendimento é que as escolas devem estar atentas aos desafios postos pelas grandes transformações sociais presentes entre nós há alguns anos com vistas a garantir, no mínimo, segurança aos seus alunos e alunas, especialmente, mas não exclusivamente àqueles e àquelas que fazem parte de grupos marginalizados como é o caso dos homossexuais. Ademais, esses resultados reforçam a necessidade de implantar, nas escolas, projetos estruturados como política pública para o reconhecimento e a efetivação dos DH.

Reconhecemos as limitações da pesquisa em razão de ter sido aplicada em um número pequeno de escolas cujos resultados correspondem às concepções desse grupo de gestores/gestoras, nosso



entendimento é que esses resultados não podem ser generalizadas. É provável que outros estudos com abordagens metodológicas distintas e em outras perspectivas tragam resultados diferentes.

## Referências

ABRAMOVAY, Miriam; CUNHA, Ana Lúcia; CALAF, Priscila Pinto. *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latinoamericana, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2009.

ALTMANN, Helena. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n. 13, abril, 2013.

ARMAS, Henry. Whose Sexualities Count: Poverty Participation and Sexual Rights. *IDS Working Paper 294*, 2007. Brighton: IDS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: edições 70, 2016.

BORRILLO, Diego. A homofobia. In: LIONÇO, T. D. D. (Org.). *Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Letras: EDUNB, 2009, p. 15-46.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. *Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2016.

BRASIL. *Lei nº 12.013*, de 06 de agosto de 2009 que altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, determinando às instituições de ensino obrigatoriedade no envio de informações escolares aos pais, conviventes ou não com seus filhos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm). Acesso em 14 ago. 2020.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *Análise de conteúdo*. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.



CANDAU, V.M.F. A Educação em direitos humanos no Brasil: realidade e perspectivas. In: CANDAU, V.M.F.; SACAVINO, S. (Org.). *Educar em direitos humanos: construir democracia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, Miriam; REIS MAGALHÃES, Selma; SILVA, Karine Nascimento. *Juventude, gênero, sexualidade, família e escola: perfil da população escolar jovem (15- 29 anos) e expectativas em relação à escola – Bahia e Brasil e Estudos de caso com ênfase em percepções sobre formação escolar e o lugar da família e da escola quanto a sexualidade – Salvador e Jequié, Bahia, 2018.*

IG ÚLTIMO SEGUNDO. Doria veta "ideologia de gênero" em livro didático e Bolsonaro quer regular tema. *Último segundo*. Reportagem publicada em 03/09/2019. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2019-09-03/doria-veta-ideologia-de-genero-em-livro-didatico-e-bolsonaro-quer-regular-tema.html>. Acesso em: 12 abr. 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Coleção Educação para Todos. Brasília, 2009.

LIBÂNEO, João Carlos. *O sistema de organização e de Gestão da Escola: teoria e prática*. Goiânia: Autêntica, 2003.

LÜCK, Heloísa. *Dimensões da gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Positivo, 2009.

MATUOKA, Ingrid. *Por que a escola brasileira precisa discutir gênero e orientação sexual*. Centro de Referência em Educação Integral, notícia, 06/09/2018. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/por-que-a-escola-brasileira-precisa-discutir-genero-e-orientacao-sexual/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em. Acesso em 19/3/2020.

RESENDE, Tânia de Freitas; SILVA, Gisele Ferreira da Silva. A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014). *Ensaio: avaliação, políticas públicas e educação*, Rio de Janeiro, v.24, n. 90, p. 30-58, jan./mar. 2016



SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, 1995.

SIDA; JOLLY, Suzy. Poverty and Sexuality: What are the Connections? *Overview and Literature Review*. September, 2010. [www.sida.se/publications](http://www.sida.se/publications) (accessed February 2019)

SILVA, Aida Maria Monteiro. *A formação cidadã no ensino médio*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SOUZA, Angelo Ricardo de. *Perfil da Gestão Escolar no Brasil*. 2007. 333 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.





## Human Rights Education and Homophobic Violence in the School Environment: the school principals' perceptions

**ABSTRACT:** This article is part of a study carried out in a Graduate Program in Education whose main objective was to analyze possible situations of homophobic violence in the school environment, from the perspective of Human Rights. This is a qualitative research whose data were obtained through interviews with managers of six public schools in the State of São Paulo. In general, principals develop professional practices focused on respect for diversity and a culture of peace and, therefore, from the perspective of Human Rights Education. They treat issues inherent to homosexuality naturally, but recognize that, at school, there are situations of intolerance towards homosexual relationships on the part of some students and teachers, but not gender equality, demanding special attention from management. However, they do not allow affectionate relationships in the school environment, regardless of whether the couple is homosexual or heterosexual, some of them cannot say whether a trans person should use the men's or women's bathroom, suggesting an alternative bathroom for these people. Finally, it was found that some managers were unprepared to deal with the presence of homosexual couples and, thus, their professional practices tend to encourage homophobic violence at school.

**KEYWORDS:** Education Management. Education and gender. Human Rights. Homophobic violence in the school environment.

**Nonato Assis de MIRANDA**

*Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), Mestre e  
Doutora em Educação*

**Thiago Luiz SARTORI**

*Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), Mestre e  
Doutora em Educação*

*Recebido em: 06/03/2022*

*Aprovado em: 10/07/2023*